

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Golar Power Brasil Participações S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 28 de janeiro de 2016 e que foi adquirida e passou a denominar-se Golar Power Brasil Participações S.A. em 25/08/2017.

A Sociedade tem por objetivo social: participar, como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimento.

Por meio de participações em outras sociedades pretende atuar no segmento de geração de energia termelétrica, com a utilização de gás natural como combustível para operação das turbinas geradoras.

Em 5 de abril de 2016, a Sociedade adquiriu 50% de participação na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A., localizada em Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, e cuja capacidade geradora, quando estiver com todas as turbinas em operação, é de 1,5 GWh. Atualmente, a Térmica está com aproximadamente 70% da construção concluída. A previsão de entrada em operação é janeiro de 2020.

Em 16 de março de 2018, a Sociedade e sua sócia Ebrasil Energia Ltda. aportaram, na CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A., todas as ações que detinham, naquele momento, de emissão da CELSE, no capital da CELSEPAR. Dessa forma, a partir de então, o controle direto passou a ser na CELSEPAR, que, por sua vez, possui, desde então, 100% do capital da CELSE.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com os pronunciamentos, orientações e interpretações publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e os dispositivos legais presentes na legislação societária brasileira, alterada pela Lei nº 11.638/2007.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação, utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 4 de julho de 2019.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

b) Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

b) Operações e saldos--Continuação

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

2.5. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e das características dos fluxos de caixa determinado de cada contrato, assim como o modelo de negócios exercido pela Sociedade para a gestão e reavaliação destes ativos financeiros.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Sociedade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Esses títulos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. As aplicações financeiras da Sociedade são mantidas para negociação e mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Sociedade não possui ativos classificados nessa categoria.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

A Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Sociedade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Sociedade.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros possuem sua classificação descrita como ao valor justo por meio do resultado. Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem empréstimo de partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Passivos financeiros ao custo amortizado

Especificamente o mútuo, após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são levados ao resultado quando os passivos são baixados, assim como a amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização é incluída como despesa financeira na demonstração de resultado. Nesta categoria encontramos na Sociedade a sua aplicação relacionada a empréstimos financeiros contraídos e sujeitos a juros.

O mútuo que a Sociedade possui não apresentou amortização em 2018 e não prevê, em seu contrato, taxa de juros.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Investimentos em empreendimento controlado em conjunto

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

O investimento da Sociedade em empreendimento controlado em conjunto é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento controlado em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Sociedade no patrimônio líquido do empreendimento controlado em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Investimentos em empreendimento controlado em conjunto--Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Sociedade nos resultados operacionais do empreendimento controlado em conjunto. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Sociedade. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio do empreendimento controlado em conjunto, a Sociedade reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Sociedade e o empreendimento controlado em conjunto são eliminados em proporção à participação no empreendimento controlado em conjunto.

As demonstrações financeiras do empreendimento controlado em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Sociedade. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Sociedade Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Sociedade no investimento controlado em conjunto. A Sociedade determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na no empreendimento controlado em conjunto sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Sociedade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento controlado em conjunto e o seu respectivo valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de investimento", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a empreendimento controlado em conjunto, a Sociedade mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil do investimento, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.8. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.9. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Sociedade baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

Para o exercício de 2018, a Empresa não teve indícios de perda do valor recuperável.

2.10. Provisões

São reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

2.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As despesas gerais e administrativas são registradas no resultado quando incorridas.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Tributação

- a) Tributos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A Empresa adota o regime de variação cambial caixa para tributação do imposto de renda e contribuição social.

- b) Tributos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Tendo em vista que a Administração da Sociedade não possui expectativa de lucros tributáveis futuros no curto prazo não foi constituído a provisão do imposto diferido sobre prejuízo fiscal.

2.13. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas à aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "Resultado financeiro".

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Ajuste a valor presente--Continuação

A Sociedade avaliou se os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo estão sujeitos à avaliação a valor presente, e considerando a imaterialidade conclui que não há ativos e passivos que devam ser ajustados a valor presente.

2.14. Continuidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Sociedade de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Sociedade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Sociedade de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

2.15. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

- CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - a norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. Em 2018, a Sociedade avaliou o potencial efeito da norma nas suas demonstrações financeiras.

A Administração não espera que a aplicação da norma revisada, a partir de 1º de janeiro de 2019, traga efeitos materiais sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercícios anteriores.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2018	(Não auditado) 2017
Bancos	26	84
Aplicações financeiras	26.781	3.159
Total	26.807	3.243

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Sociedade.

4. Transações com partes relacionadas

Os principais ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Sociedade, sua controladora e suas controladas.

a) Contas a receber

Os principais ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 relativos a operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2018		(Não auditado) 2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (1)	-	-	107	-
Golar Power Latam Participações e Comércio Ltda. (2) (3)	14.464	-	-	-
Total circulante	14.464	-	107	-
Golar Power Brasil 2 Participações S.A. (2)	3.873	-	2.784	-
Total não circulante	3.873	-	2.784	-
	18.337	-	2.891	-

(1) Refere-se ao contas a receber pela venda do direito de uso de terreno à controlada em conjunto, ocorrida em 9 de junho de 2017, conforme Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações e Outras Avenças, com valor total de R\$107.

(2) A Sociedade efetua pagamentos de despesas operacionais da Golar Brasil 2 e da Golar Latam espera ser reembolsada em até um ano, razão esta que classifica ambos recebíveis no ativo circulante.

(3) Em 7 de março de 2019 o saldo do contas a receber em aberto com a Golar Latam totalizou R\$20.463, e foi realizado para a capitalização do aumento no seu capital social, como consequência a Sociedade aumentou sua participação sobre a Golar Latam, passando a deter 61% do capital da referida investida. Com isso, a partir dessa data, a Sociedade passou a controlar a Golar Latam, em que a LNG Power Limited, acionista controlador da Sociedade, detém os 39% restantes do capital social da Golar Latam.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Transações com partes relacionadas—Continuação

b) Contas a pagar

	2018	(Não auditado) 2017
Genpower Participações S/A	-	11.206
Golar LNG Power Limited	11.288	-
	<u>11.288</u>	<u>11.206</u>

Golar LNG Power Limited, baseada em Londres, é a atual controladora da Sociedade, com participação societária de 100%, no entanto, a Sociedade foi constituída como uma *joint venture* entre sua atual controladora e a Genpower Participações S.A., porém, ainda em 2016 a participação da Genpower foi adquirida pela Golar LNG Power Limited, que desde então mantém 100% de participação no controle acionário da Sociedade.

Com isso, a dívida contraída em 2016 com a Genpower foi perdoada, através de documento formal, pela mesma, através de transação envolvendo a Golar LNG, para a qual foram cedidos os direitos de recebimento de tal valor.

Sobre a dívida, que teve seu valor estipulado em USD 2.913.000 (dois milhões, novecentos e treze mil dólares americanos), não incide qualquer tipo de taxa de juros, sendo corrigido, apenas pela variação cambial. O prazo estipulado para pagamento da dívida é até 19 de julho de 2019.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos

Valores de 2017 não auditados	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		AFAC Golar Power		Lucro (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
Investidas	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controladas em conjunto												
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.	50,00%	50,00%	1.300.576	684.123	-	61.900	(35.898)	(22.581)	-	342.062	(4.234)	(11.041)
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	50,00%	-	1.306.640	-	-	-	(27.968)	-	653.320	-	(13.984)	-
Golar Power Brasil 2 Participações S.A.	50,00%	100,00%	(1.983)	(1.770)	-	-	(213)	(1.769)	-	-	-	-
Total					-	61.900	(64.079)	(24.350)	653.320	342.062	(18.218)	(11.041)

Movimentação do investimento em controladas em conjunto e controlada

Controladas em conjunto	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Aporte (redução) de capital	Capitalização de AFAC	Transferências	Saldo em 2018
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.	342.062	(4.234)	175.000	61.900	(574.728)	-
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	-	(13.984)	92.576	-	574.728	653.320
Golar Power Brasil 2 Participações S.A.	-	-	-	-	-	-
Total	342.062	(18.218)	267.576	61.900	-	653.320

Controladas em conjunto	Saldo em 2016	Equivalência patrimonial	Aporte (redução) de capital	Transferências	Saldo em 2017
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.	97.101	(11.041)	256.002	-	342.062
	97.101	(11.041)	256.002	-	342.062

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

Em AGE, ocorrida em 16/03/2018, a Sociedade e sua sócia Ebrasil Energia Ltda. decidiram aportar um total de R\$1.233.656 (50% cada sócio) de ações de emissão da CELSE no capital da CELSEPAR. Com isso a CELSE deixou de ser uma controlada direta da Sociedade, passando a ter a CELSEPAR como veículo para tal investimento.

Em 19 de julho de 2018, a Sociedade concluiu a venda de 50% do capital da Golar Power Brasil 2 Participações S.A. para a Evolution Power Partners S.A. ao valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) através de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado entre as partes.

6. Intangível

A composição do intangível é demonstrada abaixo:

	2018	(Não auditado) 2017
Direito de uso	5.071	5.071
Intangível líquido	5.071	5.071

Refere-se ao direito de uso de terreno adquirido em 28 de setembro de 2016 CODISE (Sociedade de Desenvolvimento Econômico do Sergipe) para construção de futura térmica.

De acordo com o Decreto nº 29.935 - Governo de Sergipe, de 30/12/2014, que rege a operação de concessão de terrenos para empresas interessadas em desenvolver alguma atividade econômica em Sergipe, a escritura definitiva do imóvel, apenas, será concedida após a quitação do pagamento, conclusão de obra e início das atividades, devidamente atestadas pela CODISE. Portanto, o intangível não possui vida útil definida.

7. Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	2018	(Não auditado) 2017
IOF	3	53
PIS/COFINS	12	1
Total	15	54

Os impostos e as contribuições foram liquidados nas datas de vencimento em janeiro de 2019.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

	2018	(Não auditado) 2017
Passivos circulantes		
CSLL	4	-
	4	-

O valor apurado para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a recolher sobre o lucro real no período é o demonstrado abaixo:

	2018	(Não auditado) 2017
CSLL devida	23	2
(-) CSLL recolhida	(19)	(2)
CSLL a pagar	4	-
IRPJ devido	40	1
(-) IRPJ recolhido	(31)	(1)
(-) IRRF retido	(9)	-
IRPJ a pagar	-	-

As receitas inerentes à base de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas através regime de caixa. A conciliação entre os valores apurados e registrados no resultado estão demonstrados abaixo:

	CSLL	IRPJ
Tributo corrente	4	-
Total tributo s/ lucro	4	-

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e valores no resultado está demonstrada a seguir:

	2018	(Não auditado) 2017
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(16.770)	(10.512)
Alíquota nominal	34%	34%
	5.702	3.574
Efeito das (adições) exclusões ao lucro contábil		
Equivalência patrimonial	(6.194)	(3.754)
Outras adições/exclusões líquidas	555	180
IRPJ e CSLL à alíquota efetiva	(63)	-
 Alíquota efetiva	 1,1%	 0,0%

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Capital social e custo de captação

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$736.1333, está representado por 736.133 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O controle acionário da Sociedade é detido 100% pela Golar LNG Power Limited, baseada em Londres, desde 14 de outubro de 2016, quando a Genpower Participações S.A. transferiu 465 (quatrocentas e sessenta e cinco), das, então, 930 (novecentos e trinta), ações de emissão da Sociedade, para a Golar LNG.

Capital social	2018		(Não auditado) 2017	
	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais
Saldo em 1º de janeiro	419.783	419.783	94.591	94.591
Subscrição de ações	306.350	306.350	329.782	392.782
Ações a integralizar	-	-	(10.000)	(10.000)
Ações integralizadas	-	-	5.410	5.410
Saldo em 31 de dezembro	726.133	726.133	419.783	419.783

Composição societária	2018		(Não auditado) 2017	
	Ações	Valor em reais	Ações	Valor em reais
Ações integralizadas	726.133	726.133	419.783	419.783
Ações a integralizar	10.000	10.000	10.000	10.000
Total ações subscritas	736.133	736.133	429.783	429.783

Abaixo segue tabela demonstrando os aumentos de capital realizados na Sociedade:

Data AGE	Valor subscrito	Valor integralizado	Valor a integralizar
17/10/2016	100.001	94.591	(5.410)
Total 2016	100.001	94.591	(5.410)
30/01/2017	66.820	62.230	(4.590)
24/03/2017	27.936	27.936	-
15/05/2017	21.662	21.662	-
13/07/2017	49.605	49.605	-
08/09/2017	86.240	86.240	-
25/10/2017	77.520	77.520	-
Total 2017	329.782	325.192	(4.590)
11/04/2018	238.230	238.230	-
16/07/2018	68.120	68.120	-
Total 2017	306.350	306.350	-
Total	736.133	726.133	(10.000)

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Capital social e custo de captação--Continuação

b) Custo de captação

Refere-se ao valor custo de captação para emissão de novas cotas do capital social, representado exclusivamente pelo pagamento do IOF sobre cambio da remessa do sócio estrangeiro:

	2018	(Não auditado) 2017
IOF	2.759	1.595
Total	2.759	1.595

10. Despesas por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

	2018	(Não auditado) 2017
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	100	(239)
Serviços prestados com advogados, contabilidade e assessoria	164	122
Total	264	(117)

11. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	2018	(Não auditado) 2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.439	415
Variação cambial ativa	1.484	-
Receita de juros	406	-
	3.329	415
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2)	(1)
Variação cambial passiva	(1.566)	-
Encargos sobre pagamentos em atraso	(49)	(1)
Outras despesas financeiras	-	(1)
	(1.617)	(3)
Resultado financeiro líquido	(1.712)	(412)

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2018			(Não auditado) 2017		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	26.807	26.807	-	3.243	3.243
Mútuos a receber	18.337	-	18.337	2.891		2.891
	18.337	26.807	45.144	2.891	3.243	6.134

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros e gestão de riscos—Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2018	2017
	Custo amortizado	Custo amortizado
Mútuos a pagar	11.288	11.206
	11.288	11.206

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Mútuos a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Mútuos a pagar

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2018 e 2017

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros e gestão de riscos—Continuação

c) Mensuração ao valor justo--Continuação

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	26.807	3.243

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros e gestão de riscos—Continuação

c) Gestão do risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e os mútuos a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores dos mútuos registrados a receber é minimizado uma vez que não há o histórico de não pagamento em operações intragrupo.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto às partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

Golar Power Brasil Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2019, a Sociedade adquiriu, da Golar Power Latam Participações e Comércio Ltda., 99% da participação societária na Golar Power Maranhão Participações S.A. Por sua vez, a Golar Power Maranhão adquiriu, em 14 de março de 2019, junto à Eneva Participações S.A., 50% da participação societária na Centrais Termelétricas São Marcos S.A.

Em 7 de março de 2019, a Sociedade realizou aumento de capital na sua investida, Golar Power Latam Participações e Comércio Ltda. no valor total de R\$20.464 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), com a emissão de novas ações, cada uma com valor nominal de R\$1,00 (um real), mediante à capitalização do montante total das contas a receber que a Sociedade possuía, até então, em aberto com a Golar Power Latam. Dessa forma, a Sociedade passou a possuir 61% do capital societário da Golar Power Latam, enquanto a LNG Power Limited possui 39%.

Em 21 de março e 7 de junho de 2019, respectivamente, a Sociedade aportou, no capital social de sua investida, Golar Power Latam, respectivamente, os valores totais de R\$5.000 (cinco milhões de reais) e R\$10.000 (dez milhões de reais).

Em 27 de maio de 2019, a Sociedade aportou o total de R\$2.600 (dois milhões e seiscentos mil reais) no capital de sua investida CELSEPAR.